

Por uma Educação Circular: transição sustentável no contexto pandêmico

 Carolina Costa Resende¹,  Jesus Alexandre Tavares Monteiro²

¹ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC. Departamento de Ciências Gerenciais (ICEG/PUC Minas) e Faculdade de Psicologia (FaPsi/PUC Minas). Avenida Dom José Gaspar, 500, Coração Eucarístico. Belo Horizonte - MG. Brasil. ² Universidade Vale do Rio Verde.

Autor para correspondência/Author for correspondence: carolinaresende.psi@gmail.com

RESUMO. O presente ensaio teórico apresenta uma breve revisão de literatura a respeito do Modelo de Negócios em Economia Circular (EC) e procura responder à pergunta: quais seriam os principais aspectos da circularidade a integrar a Educação do Campo brasileira no atual contexto da pandemia de Covid-19? De forma ensaística, o estudo possibilitou refletir criticamente quanto às oportunidades que a EC pode representar para a Educação Campesina. Os resultados revelam aspectos convergentes entre a Educação do Campo e a EC e que podem servir de referência para soluções que abrangem mais profundamente a causa dos problemas socioambientais presentes no atual cenário brasileiro da vida e da produção em territórios rurais.

Palavras-chave: economia circular, educação campesina, pandemia de covid-19.

For a Circular Education: sustainable transition in the pandemic context

ABSTRACT. This theoretical essay presents a brief literature review on the Business Model in Circular Economy (CE) and aims to answer the question: what would be the main aspects of the circularity to integrate Countryside Education in the current context of the COVID-19 pandemic in Brazil? In an essayistic manner, the study made it possible to reflect critically on the opportunities that CE can represent for Countryside Education. The results reveal converging aspects between Countryside Education and CE and that could be seen as a reference for solutions that deeply comprise the cause of socio-environmental problems currently present in the life and production in rural territories in Brazil.

Keywords: circular economy, countryside education, covid-19 pandemic.

Hacia una educación circular: transición sostenible en el contexto de la pandemia

RESUMEN. Este ensayo teórico presenta una breve revisión de la literatura sobre el Modelo de Negocio en Economía Circular (CE) y busca responder a la pregunta: ¿cuáles serían los principales aspectos de la circularidad para integrar la educación rural brasileña en el contexto actual de la pandemia covideana? 19. De manera ensayística, el estudio permitió reflexionar críticamente sobre las oportunidades que la CE puede representar para la educación rural. Los resultados revelan aspectos convergentes entre Educación Rural y EC y que pueden servir de referencia para soluciones que cubran más profundamente la causa de los problemas socioambientales presentes en el actual escenario brasileño de vida y producción en territorios rurales.

Palabras clave: economía circular, educación campesina, pandemia de covid-19.

Introdução

A Economia Circular (EC) emerge no contexto de preocupação com a mudança de paradigma em direção a um outro futuro possível para a humanidade diferente do que se imaginava até então. MacArthur (2018) afirma que a maneira moderna e iluminista de fazer as coisas está chegando ao limite, “o sistema atual não está mais funcionando para empresas, pessoas ou meio ambiente”. Diante desse cenário, a EC vem substituir a noção de fim de vida útil dos bens e recursos por ciclos de restauração do valor, eliminando resíduos e incorporando novos processos de reutilização e de transformação da matéria/produto (Sassanelli et al., 2019). O objetivo da EC consiste em aprimorar os fluxos de produção dos bens e serviços para criar um novo “círculo de valores” para os materiais técnicos e biológicos, de tal forma que seja possível reconstruir o capital, seja financeiro, manufaturado, humano, social ou natural, desenvolvendo empresas mais inteligentes, sustentáveis e lucrativas (Weetman, 2019).

A ideia da EC passou a ser fortemente disseminada, em escala mundial, a partir de 2012, por meio da iniciativa da *Ellen MacArthur Foundation* de publicar uma série de relatórios intitulados “Em direção a uma Economia Circular”. A EC é um novo conceito de

prática econômica que respeita o ciclo da sustentabilidade e está em constante diálogo com a comunidade local (Azevedo, 2015). Em contraponto à Economia Linear, a EC visa à transformação dos processos produtivos para reduzir a extração dos recursos naturais e para que os recursos, uma vez extraídos, se mantenham por mais tempo na economia em um ciclo que envolva o fazer-e-refazer e o usar-e-reusar. Tal iniciativa vai ao encontro da proposta das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável, especialmente no que se refere ao objetivo do milênio número 12, que visa a garantir padrões sustentáveis tanto de consumo como de produção (Duthie & Lins, 2017).

Segundo Jabbour et al. (2019), a EC requer transformações significativas na maneira como as organizações operam, criando uma mentalidade de sustentabilidade, por meio de novas formas de *designers* de produtos para reformular as operações da cadeia de suprimentos e seu conhecimento pode apoiar a transição para a Economia Circular baseada na perspectiva de recursos dinâmicos. No entanto, essa mudança de *mindset* não é automática e requer um esforço coletivo e ordenado para mudar a visão e os hábitos das pessoas, por meio da problematização da cultura e das relações de trabalho de produção. Nesse processo, a educação se

configura como a estratégia essencial para a mudança.

Nessa perspectiva, pretende-se (re-) pensar a práxis da Educação Campesina no atual contexto brasileiro, sendo o objetivo desse estudo refletir criticamente a respeito das possíveis contribuições da EC para a Educação Campesina no Brasil, considerando, em especial, o impacto do atual contexto pandêmico na economia mundial que já interfere amplamente na produção rural.

Metodologia

O presente artigo foi realizado por meio de revisão de literatura cuja finalidade é analisar as contribuições da EC para a Educação Campesina no Brasil diante do atual contexto pandêmico na economia mundial que já interfere amplamente na produção rural. A metodologia utilizada neste estudo segue a perspectiva da pesquisa qualitativa ensaística, a qual, de acordo com Campos (2015), é uma ferramenta de problematização fundamentada na interpretação discursiva e avaliativa de um determinado campo do saber, a fim de gerar novas discussões e debates, instigando algum posicionamento ético e crítico, a partir da análise reflexiva perante alguma questão, de forma contextualizada e sintética.

A intenção ensaística do presente estudo é realizar uma aproximação entre a Educação do Campo e a Economia Circular, partindo-se da premissa de que se trata de um processo de cunho social. Castel (1998) postula que o social ocupa o lugar do hiato existente entre a organização política e o sistema econômico. Tem a função de “restaurar ou estabelecer laços que não obedecem nem à lógica estritamente econômica nem a uma jurisdição estritamente política”. O social consiste “em sistemas de regulações não mercantis, instituídas para tentar preencher esse espaço” (Castel, 1998, p. 31). Por sua vez, Baremblytt (2002, p. 35) define que a sociedade é o espaço da interpenetração de forças reprodutivas e antiprodutivas “cujas funções estão a serviço da exploração, dominação e mistificação (atravessamentos), assim como também está constituída [a sociedade] pela interpenetração das forças e entidades que estão a serviço da cooperação, da liberdade, da plena informação (transversalidade)”. Portanto, estudos que abordem fenômenos sociais dizem respeito a uma complexidade e devem se valer de dispositivos que afirmem a inclusão e a transversalidade do campo. Desta forma, institui-se uma demanda por metodologias que visem a contribuir com *insights* a

respeito de possíveis perspectivas para a Educação Campesina no país.

A Educação do Campo no Brasil atual

A concepção de Educação do Campo não se limita à dimensão pedagógica de uma escola localizada no meio rural (Distrito Federal, 2018). O conceito de Educação do Campo emerge no início da década de 1990 no bojo de movimentos sociais pela reforma agrária no Brasil e interpõe uma contraposição à noção de Educação Rural centrada, principalmente, no agronegócio e na exploração dos recursos naturais (Cezar & Silva, 2016).

As características da vida no campo devem ser contempladas no currículo social da comunidade em que os alunos camponeses estão inseridos. Ou seja, o currículo educacional deve ser entendido como “o conjunto de intenções que permeia todo o ambiente escolar, bem como as interações deste com a comunidade ao seu entorno” (Nascimento et al., 2019, p. 14).

Arroyo (2012) reflete que a pedagogia não deve sofrer um processo adaptativo ao campo, mas sim uma reformulação pelo saber do campo. Uma relação do campo e não ruralista expressa um posicionamento de resistência e mobilização social como diferenciador primaz. Costa e Cabral (2016) avaliam que

os princípios diferenciadores da Educação Rural e do Campo têm como origem o pensamento latifundiário relativo à Educação Rural; enquanto o outro surge nas lutas sociais. Portanto, baseiam-se em paradigmas opostos. Arroyo (2012) descreve que a Educação do Campo produz sujeitos com pensamento crítico e político, por excelência.

Os coletivos sociais em suas presenças nos movimentos sociais ou nas escolas trazem Outras Pedagogias. Vítimas de processos históricos de dominação/subalternização trazem suas pedagogias de resistências. Nessas ações coletivas por libertação/emancipação se produzem Outros Sujeitos políticos e de políticas. Exigem reconhecimento, constroem seus autorreconhecimentos. Pressionam o Estado por outro projeto de campo, de cidade, de sociedade. (Arroyo, 2012, p. 14-15).

O sujeito, em uma educação problematizadora e histórica, compreende a necessidade de uma discussão reflexiva sobre a economia instaurada em nossa sociedade. Uma economia estática e reprodutora em amplitude de desigualdades e de empobrecimento do planeta e da sociedade. A Educação do Campo é traduzida como

Concepção político pedagógica, voltada para dinamizar a ligação dos seres humanos com a produção das condições de existência social, na relação com a terra e o meio ambiente,

incorporando os povos e o espaço da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, os pesqueiros, caçaras, ribeirinhos, quilombolas, indígenas e extrativistas (Brasil, 2001).

Nessa perspectiva, assim como a EC, a Educação do Campo adota uma visão sistêmica em que a relação do ser humano com o meio ambiente está imbricada em processos sócio-históricos que precisam ser levados em consideração.

Entretanto, os dados relativos à prática da Educação do Campo, presentes no Educacenso do INEP de 2020 e desenvolvidos por Molina e Freitas (2011), apontam para um conjunto de dificuldades históricas reticentes na educação: problemas estruturais nas edificações escolares, distância longa entre residências e grupos escolares; turmas multisseriadas; professores desqualificados; falta de material didático; descontextualização com as realidades do campo – como evasão nos período de colheita; falta de material didático e atualmente acesso restrito ou inexistente à internet.

É uma educação, que pelo seu contexto, torna-se dialógica no processo de inclusão/exclusão. Segundo Sawaia (2009), é um jogo contraditório em uma ordem social desigual pré-estabelecida e que implica em um caráter ilusório da inclusão. Incluídos de alguma forma, mas inseridos

em condições precarizadas e insuficientes. Entretanto, o desejo de permanecer no âmbito educacional, o acolhimento e as relações humanizadas, contextualizadas e reflexivas apontam o desejo de permanecer e transformar. Dentro dessa dialética, Sawaia (2009) relata também um sujeito vulnerável e esperançoso diante da economia vigente.

Em tempos de pandemia mundial e em territórios de extrema vulnerabilidade, a Educação do Campo necessita de mudanças pungentes e a busca por novas formas econômicas torna-se uma necessidade primaz.

A EC no contexto da pandemia de Covid-19

A Economia Circular emerge no bojo das preocupações éticas e socioambientais do mundo contemporâneo, em que a pujança econômica também tem sido fonte de inúmeros problemas societários, como a degradação ambiental, a ampliação da desigualdade social e a produção cíclica de crises e catástrofes econômicas nacionais e planetárias. No entanto, por se tratar de um campo emergente, a produção e a disseminação de conhecimento relativos às operações gerenciais, ao processo de tomada de decisão, ao *design* e desenvolvimento de produtos, ainda são insipientes e carecem de ferramentas que

A Figura 1ⁱⁱ mostra que na perspectiva do WEF (2020), a grande redefinição em curso no planeta passa pela inter-relação entre sete dimensões: planejamento da recuperação econômica; redesenho dos contratos sociais, habilidades e empregos, restauração da integridade do meio ambiente; desenvolvimento de modelos de negócios sustentáveis; revitalização da cooperação global; reforço do desenvolvimento regional e desenvolvimento da quarta revolução industrial. “Cabe aos líderes dos setores público e privado aproveitarem o momento e ajudar a criar uma sociedade mais equitativa e sustentável” (WEF, 2020, p. 1).

A EC reúne muitas características e, por isso, está no centro desta grande reinvenção da civilização. Mas, precisa avançar muito, com destaque para o trabalho digno, uma vez que “as relações de trabalho são balizadas por valores, cultura e relações de poder que constituem a base da institucionalização do trabalho enquanto emprego” (Resende, 2019, p. 38). Até o presente momento, a revisão de literatura realizada neste estudo permitiu constatar a necessidade de se desenvolver uma visão de circularidade tanto da força de trabalho quanto dos processos de gestão dos recursos humanos. Nessa perspectiva, a circularidade deveria contemplar todo o

ciclo da educação básica e da profissionalização.

Face à acelerada inovação dos processos produtivos, deve-se ainda criar um sistema mais abrangente de desenvolvimento de habilidades técnicas (*hard skills*) e atitudinais (*soft skills*). O atual cenário aponta para uma maior necessidade de se desenvolver competências socioemocionais, uma vez que o que se espera dos indivíduos é que eles sejam flexíveis, dotados de autocontrole emocional, capazes de atuar em múltiplas tarefas e de se adaptarem às constantes mudanças (Resende, 2019). Nessa perspectiva, a Educação Campesina demanda novas características do sujeito diante o mundo e sua economia vigente.

A partir da conjugação das perspectivas conceituais da Goleman (2012); Dweck, (2017) e da UNESCO (2015) é possível sintetizar o conceito de *soft skills* enquanto um conjunto de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) que designam as capacidades adaptativa e colaborativa de um indivíduo em relação ao meio onde se encontra inserido. Para ser considerado maduro ou proficiente em *soft skills*, é esperado, portanto, que o indivíduo apresente patamares elevados de autoconhecimento, controle emocional, capacidade analítica e assertividade, tanto na tomada de decisão

quanto na ação ou na atitude que ele assume diante das várias situações que emergem no cotidiano de uma organização ou no ambiente de trabalho.

Ao considerar o desenvolvimento das *soft skills* como um processo permeado por relações de aprendizagem, é importante destacar o caráter relacional das *soft skills*, em um contexto de mútua afetação/transformação entre o indivíduo e o meio/organização. Significa dizer que se trata de um processo dialógico e circular. Portanto, é preciso estar atento às dimensões relativas à qualidade de vida e às condições de trabalho, uma vez que tais fatores interferem na produtividade, no engajamento e no potencial do trabalhador (Resende, 2019). Tais aspectos apontam para a necessidade de se conjugar as dimensões do cuidado/assistência e do empoderamento.

Em um cenário de crise econômica, as pessoas em situação de vulnerabilidade devem desenvolver suas capacidades de sobrevivência. Monteiro (2021) descreve que a vulnerabilidade é uma ausência de potência que inviabiliza condições de desenvolvimento ou de reconhecimento de si e do mundo. A condição de vulnerabilidade inabilita uma perspectiva de futuro aos grupos afetados. Uma limitação das habilidades, de se interrogar a si mesmos e ao mundo na medida em que

esse processo é, muitas vezes, permeado por transformações de léxicos que coincidem com transformações sociais, políticas e psíquicas marcadas pela imposição de regras e normas aos pobres e excluídos, como condição de integração social, política e econômica (Ribeiro & Resende, 2017).

Atualmente, segundo Le Blanc (2011), existem duas opções normativas paradoxais para o enfrentamento da vulnerabilidade e exclusão: cuidado de um lado e empoderamento de outro. Essas duas opções funcionam, majoritariamente, a serviço da lógica neoliberal. Isso porque o processo de cooptação do neoliberalismo se expande também na disseminação dos valores de mercado à política social, sob o mote da inclusão. O grande desafio do neoliberalismo hoje é fazer da política social uma peça central do mercado econômico, tornando controláveis os indivíduos que antes não eram passíveis de controle. Em ambos os casos, há uma culturalização do problema social (Le Blanc, 2011).

Portanto, a eufemização do social pela cultura empresarial exerce um poder encobridor da realidade. O empoderamento é moldado pelas exigências neoliberais do cálculo do desempenho (da performance). A vida, desde o nascimento até a morte, funciona como uma empresa própria. O

empoderamento exige a responsabilização dos sujeitos administrados. Os indivíduos não devem depender do Estado, mas deles próprios (Le Blanc, 2011).

Esse apelo à responsabilidade pressupõe uma filosofia do empoderamento. Já o polo do cuidado baseia-se no fato de que as vidas dependem de assistência, já que são consideradas como excluídas do mercado e da possibilidade de participar da cidade. Operam sob a lógica da doação, instituindo-se uma administração dos excluídos, a partir de procedimentos de avaliação e controle. Os trabalhos sociais cuidam de criar burocracia e de apagar a voz dos excluídos (Le Blanc, 2011).

Le Blanc (2011) defende que a rede de proteção dependa do entrelaçamento entre cuidado e empoderamento de forma libertária, como, por exemplo, propôs Paulo Freire, citado pelo autor. É preciso pensar um cuidado que remeta ao empoderamento. Somente uma dimensão nova do cuidado apoiado no empoderamento pode contribuir para a emergência de um polo crítico. Porém, faz-se necessário garantir que cuidado e empoderamento não rimem com readaptação social ou ortopedia disfarçada. É preciso ultrapassar o senso puramente individual de empoderamento, empoderando esferas coletivas, como os

sindicatos. Nessa perspectiva, a consciência singular de exclusão deve, ao mesmo tempo, ser uma consciência coletiva. Paulo Freire propõe a libertação da população oprimida por meio da conscientização, conforme afirma Le Blanc (2011), que acredita que o oprimido acolhe o opressor na sua vida psíquica de tal forma que não consegue dele se desprender. O modo de vida do opressor é cobiçado pelo oprimido, devido à cooptação subjetiva que seu contexto sócio-histórico lhe impôs.

O método da conscientização, nesse caso, deve esclarecer essa cena mental (ideal de eu identificado com o patrão tirano), visando à libertação dos oprimidos, a partir de seu próprio poder de agir, de forma diferente da lógica hegemônica. Em vez de interiorizar o julgamento do opressor, ele deve construir o seu julgamento. Mas, para isso, ele deve se convencer de que é capaz de elaborar uma saída possível, a partir de atitudes mentais por meio das quais uma ação transformadora seja possível. A conscientização dos marginalizados e oprimidos é condição para a restauração de seu poder de agir. A responsabilização, por sua vez, remete ao empoderamento das vidas fragilizadas. Assim compreendido, o empoderamento equivale a uma série de recursos práticos e cognitivos que o sujeito

precário ou mesmo excluído pode empregar para enfrentar sua condição social e exigir justiça. Nessa perspectiva, empoderar os movimentos sociais implicam transformar as relações de poder, restaurando o poder de agir. Significa admitir que existe um poder nas vidas tidas como sem poder. Os excluídos são, eles mesmos, agentes de resistência à exclusão da qual são objeto. Tal metodologia devolve o poder de agir, mas denuncia o neoliberalismo, que abandona os indivíduos e a sociedade às forças do mercado (Ribeiro & Resende, 2017).

Em busca de uma economia que pretende circular a Educação do Campo, em função da sua história de luta e questionamento do modelo econômico hegemônico, percebe-se que ela é capaz de traçar fundamentos primordiais relativos à efetivação de uma nova visão necessária para a mudança de modelo de produção, de consumo e de relação de trabalho. A mobilização social e a luta se caracterizam como moventes nessa jornada. Quando acrescidos de um constante reposicionamento de habilidades técnicas e atitudinais construídas em um coletivo e repensadas continuamente, são passos determinantes da Educação Campesina articulada com o empoderamento de processos e seu cuidado com a história e movimentos. É uma busca não de

desenvolvimento nos parâmetros capitalistas, mas de uma sustentabilidade que incorpora novos saberes.

Ultimamente, há um movimento cada vez mais profundo e abrangente que tem se dedicado a repensar a organização social e a organização do trabalho. Especialmente porque, apesar de todo o progresso tecnológico e do aumento da riqueza mundial, o atual cenário é crítico no que se refere às questões ambientais, à fome, à exclusão das minorias étnicas, de gênero e das pessoas com deficiência. Mas, qual é o principal problema quando uma empresa, uma escola ou uma nação se negam a ser inclusivos?

Hoje já se contabiliza mais de um bilhão de pessoas que passam fome no mundo (BBC News Brasil, 2010ⁱⁱⁱ). Tal fenômeno, em si, já é um grande e complexo problema. Corporações de vanguarda, alguns governantes e movimentos sociais já descobriram que, para se atingir o desenvolvimento econômico almejado em escala global, precisa-se dobrar o consumo de energia. No entanto, dobrar a produção nos moldes atuais, vai duplicar a exclusão social e gerar um colapso ambiental em menos de 10 anos. Isso significa dizer que não há outra saída, senão investir em eficiência energética, de forma sustentável, favorecendo a inclusão social.

Nesse contexto, a Educação do Campo apresenta um grande potencial de contribuição para a EC, fomentando soluções que vão mais profundamente na causa e menos na consequência. Estas são somente algumas das inúmeras possibilidades de reinvenção da EC à Educação Campesina. Entende-se ser necessário trabalhar de forma sistêmica e transdisciplinar a equalização das várias dimensões presentes nas etapas formativas da Educação do Campo, tais como: saúde, segurança, qualidade de vida, direitos humanos, sociais e trabalhistas, diversidade, dentre outros.

Considerações finais

O tempo presente é marcado por incertezas, em que o passado já foi ultrapassado e o futuro é indeterminado. Nessa perspectiva, é importante mobilizar a memória e a esperança para tentar compreender o presente de forma consciente e estrategicamente otimista. (Ribeiro & Resende, 2017).

O contexto de crise da economia sempre é acompanhado de desemprego. Esse fenômeno de alijar os trabalhadores de seus postos de trabalho “ganha uma conotação moral, segundo a qual os menos capacitados não conseguem obter sucesso diante da competitividade do mercado” (Ribeiro & Resende, 2017).

Tais aspectos se fazem presentes na identidade campesina sócio-territorial, na medida em que atuam na constituição das formas de pensar, sentir e agir dos educandos e, portanto, devem ser levados em consideração no processo de compreensão e de fortalecimento das resistências e lutas que permeiam os territórios de produção e reprodução de vida no campo (Esmeraldo et al., 2017).

A Economia Circular, dentro desse contexto, mostra-se convergente e com potencial para importar seus principais aspectos à Educação Campesina, perpassando por uma práxis econômica centrada no ciclo da sustentabilidade, no diálogo constante com a comunidade local, na concepção sistêmica de processos, na prolongação da vida útil dos bens e recursos, em ciclos de restauração de valor, eliminando resíduos e incorporando novos processos.

Na Educação Campesina, esse posicionamento pode afirmar-se enquanto possibilidade de empoderamento, de conscientização e de participação dos processos educativos aplicados à sociedade. A Educação no Campo, nos seus constitutivos político e histórico, negocia, cotidianamente, a produção com a humanização e incentiva a coletividade à participação responsável e empoderada de seus integrantes para um desenvolvimento

social nas perspectivas micro e macrossociais.

Nessa perspectiva, uma Educação Campesina circular pode funcionar como um dispositivo de enfrentamento dos desafios impostos pelo contexto pandêmico, na medida em que possibilita a restauração de valores, atualizando os argumentos a respeito da transformação de resíduos e incorporando novos processos de reutilização de saberes em matéria humana e produtiva para sustentabilidade.

A ideia central consiste em trazer os conceitos da EC para os projetos pedagógicos da Educação no Campo como forma de atualizar os argumentos voltados ao protagonismo e à emancipação dos educandos, inovando as práticas de articulação coletiva, por meio de instruções para a ação sustentável no cotidiano da comunidade, problematizando situações e formas de pressão para a degradação ambiental, de forma articulada às experiências pessoal, coletiva ou a partir da memória de um povo (a comunidade) e engendrando novas formas de representar a vida e produção campesina em uma lógica cada vez mais circular e integrada.

Costa, Monteiro e Ribeiro (2019) propõem que a educação para a Economia Circular seja realizada a partir da sensibilização e conscientização pragmáticas focadas nos hábitos de vida e

na mudança de comportamento, especialmente no que se refere às atitudes cotidianas em relação ao uso água, à valorização da biodiversidade, ao consumo consciente e ao cuidado com a geração resíduos como plástico e à reciclagem.

A mudança da economia linear para a economia circular implica alterações profundas na sociedade. Não basta, de forma isolada e pontual, alterar alguns hábitos de consumo, promover a reciclagem e a eficiência energética ou promulgar políticas ambientais de resultados pouco eficazes. É essencial mudar de forma radical os comportamentos de todos e de cada um, promovendo uma educação para a sustentabilidade e para a economia circular (Costa, Monteiro & Ribeiro, 2019, s./p.).

Costa, Monteiro e Ribeiro (2019) utilizaram o cálculo da pegada ecológica para trabalhar a noção de sustentabilidade e sensibilização de educadores para a temática da EC. Tal estratégia pode ser útil à avaliação do *mindset* de professores e educandos no campo^{iv}.

Outro fator importante na fase de sensibilização é a visita a organizações ou comunidades que já migraram para o modelo de EC. Segundo Costa, Monteiro e Ribeiro (2019), o conhecimento *in loco* da realidade, constitui uma motivação para a participação e o engajamento do indivíduo na experiência formativa em EC. A participação em pequenos grupos também é um fator motivacional que pode ser

importante para uma melhor compreensão e problematização da realidade local.

Além disso, o vínculo que se forma nesse tipo de atividade grupal será importante para as novas atitudes dos profissionais no ambiente laboral futuro. Por fim, tal estudo evidenciou a relevância de se desenvolver atividades práticas para além da mera transmissão de conhecimento e informações. As experiências inovadoras no âmbito da EC têm início com “uma maior consciencialização para a adoção de novos comportamentos e dessa forma contribuir para a sua disseminação na sua prática” profissional (Costa, Monteiro & Ribeiro, 2019, p.10).

Nesse contexto, a Educação do Campo deve continuar a favorecer a conscientização. Primeiramente, é preciso conscientizar-se de si e acerca de sua existência em um determinado contexto histórico, na tentativa de reconstruir o passado enquanto ele está vivo no presente e tem, portanto, implicações sobre o futuro.

Pode-se concluir que a EC, mais do que um caminho, consiste em um jeito de se caminhar que é convergente à proposta da Educação do Campo, de tal forma que a aprendizagem acontece de forma dialógica, à medida que o ser humano descobre, empiricamente, os benefícios da sustentabilidade para a vida em comunidade.

Nesse contexto, resistir significa identificar e fazer eclodir os processos de controle instaurados pelo capitalismo, criticando os reducionismos da subjetividade e oferecendo “brechas” para se pensar diferente, para se inovar a práxis, de maneira que seja possível a construção (ou invenção) de linhas de fuga do regime de produtividade e de consumo hegemônico.

Referências

Arroyo, M. G. (2012). *Outros Sujeitos, Outras Pedagogias*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Azevedo, J. L. (2015). A Economia Circular Aplicada no Brasil: uma análise a partir dos instrumentos legais existentes para a logística reversa. In *Anais do XI Congresso Nacional de Excelência em Gestão* (pp. 1-16). Rio de Janeiro, RJ.

Barembliitt, G. (2002). *Compêndio de análise institucional: e outras correntes - teoria e prática*. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari.

Brasil. Ministério da Educação e Cultura (2001). Recuperado em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_parecer_36_de_04_de_dezembro_de_2001.pdf

Distrito Federal. Secretaria de Educação do Distrito Federal. (2018). *Diretrizes pedagógicas da educação básica do campo para a rede pública de ensino do Distrito Federal*. Brasília: GDF.

Campos, M. (2015). *O Ensaio Acadêmico: a reflexão escrita na área jurídica*. Mariana, MG: Edição do autor.

Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

Cezar, L., & Silva, M. (2016). Educação do campo: uma relação entre currículo e valorização da cultura campesina In *Anais do 2º Encontro Missionário de Estudos Interdisciplinares em Cultura* (pp. 1-10). São Borja, RS.

Costa, M. L., & Cabral, C. L. O. (2016). *Da Educação Rural à Educação do Campo: uma luta de superação epistemológica/paradigmática*. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, 1(2), 177-203. <https://doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2016v1n2p177>

Costa, M. Q., Monteiro, I., & Ribeiro, V. R. (2019). Educar para a Economia Circular – uma experiência inovadora na formação de professores. *Saber & Educar* 27, 1-11.

Duthie, A. C. R., & Lins, F. (2017). A Economia Circular e Sua Relação com a Mineração. *Economia Mineral. Brasil Mineral*, 374, 66-70.

Dweck, C. (2017). *Mindset: a nova psicologia do sucesso*. São Paulo, SP: Editora Objetiva.

Esmeraldo, G. G. S. L., Molina, M. C., & Antunes-Rocha, M. I. (2017). O fortalecimento da identidade camponesa: repercussões do Programa Nacional de Educação na reforma agrária nos estados do Ceará, Minas Gerais e Paraná (1998-2011). *Educação & Sociedade*, 38(140), 569-585. <https://doi.org/10.1590/es0101-73302017180449>

Goleman, D. (2012). *Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Objetiva.

Jabbour, A. B. L. S., Luiz, J. V. R., Luiz, O. R., Jabbour, C. L. C. Ndubisi, N. O., Oliveira, J. H. C., & Júnior, F. H. (2019). Circular Economy Business Models and Operations Management. *Journal of Cleaner Production*, 235, 1525-1539. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.06.349>

Le Blanc, G. (2011). *Que faire de notre vulnérabilité ? Le temps d'une question*. Montrouge: bayard.

MacArthur, E. (2018). Momentum building towards the circular economy. Recuperado de: <https://www.youtube.com/watch?v=1Z9B-tYOmE>.

Molina, M. C., & Freitas, H. C. A. (2011). Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. *Em Aberto*, 24(85), 17-31.

Monteiro, J. (2021). O conceito de Perejivanie na prática educacional: Um encontro com educadores sociais musicistas. *Revista Universidade Vale do Rio Verde*, 1(18), 78-98.

Nascimento, K., Galvão Júnior, & Oliveira (2019). Educação Campesina: currículo, identidade e diversidade cultural da Escola Municipal Oziel Alves. *Latin American Journal of BUiness Management*, 10(2), 14-23.

Resende, C. C (2019). *O mundo do trabalho na era organizacional: história, crítica e perspectivas*. Belo Horizonte, MG: PSI Edições Acadêmicas.

Ribeiro, L. P., & Resende, C. C (2017). Breve ensaio sobre o conceito de vulnerabilidade social: exclusão social, trabalho, democracia e empoderamento. *Percurso Acadêmico*, 7(14), 378-400. <https://doi.org/10.5752/P.2236-0603.2017v7n14p378-400>

Sassanelli, C., Rosa, P., Rocca, R., & Terzi, S. (2019). Circular economy performance assessment methods: A systematic literature review. *Journal of Cleaner Production*, 229, 440-453. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.05.019>

Sawaia, B. B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364-372. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000300010>

UNESCO. (2015). Educação para cidadania global: preparando alunos para o desafio do século XXI. Brasília: UNESCO.

Weetman, C. (2019). *Economia Circular: conceitos e estratégias para fazer negócios de forma mais inteligente, sustentável e lucrativa*. São Paulo: Autêntica Business.

WEF. Fórum Econômico Mundial (2020). Inteligência Estratégica: a grande redefinição. Recuperado em: https://intelligence.weforum.org/topics/a1G0X000006OLciUAG?tab=publications&utm_sour

ⁱ Mindset: vocábulo inglês que designa modelo mental, ou seja, configuração da mente humana que indica uma predisposição psicológica de uma pessoa ou grupo social para determinados pensamentos e padrões de comportamento.

ⁱⁱ Recuperado de: https://intelligence.weforum.org/topics/a1G0X000006OLciUAG?tab=publications&utm_source=sfmc&utm_medium=email&utm_campaign=2733839_Agenda_weekly-16October2020&utm_term=

ⁱⁱⁱ Recuperado de: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/10/101012_fome_relatorio_jf

^{iv} O questionário em língua portuguesa se encontra disponível de forma gratuita e eletrônica.

Recuperado de: <http://www.pegadaecologica.org.br/2019/pegada.php>

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em : 31/03/2021
Aprovado em: 09/06/2021
Publicado em: 12/07/2021

Received on March 31th, 2021
Accepted on June 09th, 2021
Published on July, 12th, 2021

Contribuições no Artigo: Os autores foram os responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA
Resende, C. C., & Monteiro, J. A. T. (2021). Por uma Educação Circular: transição sustentável no contexto pandêmico. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 6, e11927. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e11927>

ABNT
RESENDE, C. C.; MONTEIRO, J. A. T. Por uma Educação Circular: transição sustentável no contexto pandêmico. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 6, e11927, 2021. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e11927>